



Presidente p.4

Governo desperdiça conjuntura favorável



Presidente p.6

Desinvestimento nas políticas públicas

# POVO LIVRE



n.º 1992  
29 de novembro de 2017

Diretor: Miguel Santos | Periodicidade Semanal | Registo na ERC: n.º 105690 | Propriedade: P.P.D./P.S.D. Partido Social Democrata | Identificação Fiscal: 500835012. | Sede de Redação/Editor: Rua de S. Caetano, n.º9, 1249-087 LISBOA  
Estatuto editorial: <http://www.psd.pt/ficheiros/ficheiros/ficheiro1501002248.pdf>



## ORÇAMENTO NÃO SERVE O PAÍS

O presidente do PSD discursa antes da votação final global do OE



## Pedro Passos Coelho no Parlamento

# “Orçamento não serve o País”

O Governo continua a não preparar o futuro do País. Na sessão de encerramento do debate do Orçamento do Estado para 2018, Pedro Passos Coelho denunciou o discurso tático que contrasta com a realidade dos factos, quando não estão a ser realizadas reformas importantes. O líder do PSD revisitou as promessas do Governo e da maioria parlamentar e as suas consequências nos dois anos de legislatura que já passaram, sublinhando que os “enunciados políticos” feitos na altura pela esquerda merecem agora ser contrastados com a realidade. Passos Coelho acusou o Governo de recorrer a planos B para cumprir as metas orçamentais, com um aumento das cativações em “valores históricos” ou uma travagem “a fundo” no investimento público e na despesa corrente do Estado. Portugal tem assim um Executivo “que só quer sobreviver”.

“O Governo fez por merecer” o voto contra do PSD no que diz respeito ao Orçamento do Estado (OE) para 2018, afirmou, na segunda-feira, 27 de novembro, Pedro Passos Coelho, durante a votação final global do documento. “É um Orçamento que não serve o País”, reiterou.

Para o presidente do PSD, “há dimensões preocupantes no caminho que vem sendo seguido” e que têm que ver com a “forma como o Governo encara a própria ação política”, em que “tudo parece reduzido ao mais puro taticismo”. Acusou, assim, quem governa de gerir “a agenda pública em função das oportunidades, nunca em função de um rumo estratégico traçado que não existe”. Segundo



esclareceu, “reduz-se a gestão dos recursos públicos em função da necessidade de remeter tanto quanto possível para o que Bobbio designou o ‘mercado político’, em que todos são convidados a reverem-se numa oferta particular e a sociedade no seu conjunto é tratada e segmentada em potenciais clientes”.

Pedro Passos Coelho considera que “prossequindo este caminho, teremos uma legislatura inteira perdida, a troco de garantir a satisfação da ambição política de um Governo que só quer sobreviver e reescrever a história do seu próprio passado irresponsável”. Estes dois anos ficam marcados por “retrocessos associados a contrarreformas importantes, reversões de política indesejáveis” e a “estratégias orçamentais imprudentes que expõem o País a riscos inconvenientes e desnecessários”. Acusou, assim, o atual Executivo de prossequir uma “desesperada estratégia de sobrevivência política, em que o futuro e os mais jovens são sacrificados e o País passa para um plano secundário”.

Pedro Passos Coelho denunciou que a “conversa” de quem governa contrasta com a inexistência de reformas importantes. Lembrou, assim, que os serviços públicos são, hoje em dia, “obrigados a fazer mais com menos” e que esse “menos é o que sobra depois de o Estado pagar mais salários e prestações sociais”. Criticou, portanto, um Executivo que “pensa que tocando a rebate e atacando as responsabilidades do anterior Governo consegue iludir a realidade”. O País assiste, na verdade, à inexistência de reformas no Estado, na Administração Pública ou na Segurança Social.

Sublinhando as “mentirelas” e os “desmentidos constrangedores” que marcam este Executivo, o líder social-democrata recordou a recente polémica relacionada com o Infarmed e, ainda, “todo o processo ligado ao descongelamento das carreiras na Administração Pública”, em que “nada parece ter sido estudado ou inserido numa lógica de reforma mais alargada”. Com muitas palmas – e uma ovação de pé no final – Passos Coelho criticou: “Estamos na presença da pura comédia e do ridículo”. E insistiu: “Podemos ficar descansados, porque a comédia e o ridículo vão continuar”.

### “Quem pede consensos não pode ser o primeiro a negá-los”

Apesar de sempre ter defendido a “necessidade de virar a página da austeridade” (tendo-a veiculado ao governo PSD/CDS-PP), o Governo contribui para “uma realidade diferente”, criticou o presidente do PSD. Denunciou, assim, as “várias medidas extraordinárias”, o desinvestimento público e o plano B que têm marcado estes dois anos, apesar de escondidos, dissimulados ou negados por quem governa. Apelidou, por isso, os membros do Governo de “arquitetos de historietas” que tendem em desculpabilizar-se com o executivo anterior.

Pedro Passos Coelho sublinha que “o comportamento da economia só pode ter surpreendido o Governo”, uma vez que se deveu, “sobretudo, ao bom comportamento das exportações e ao impacto que o turismo tem ocasionado”. Esclareceu, desta forma, que “o crescimento foi liderado pelas áreas que não constituíam prioridade estratégica” para quem governa.





12.º Portugal Exportador

## Governo desperdiça conjuntura favorável

“Era bom que o Governo não se fizesse desentendido se está preocupado com o futuro e que possa, ainda durante a discussão orçamental, introduzir as alterações necessárias para que estes riscos não se venham a materializar”. Em visita ao certame Portugal Exportador, dia 22, Pedro Passos Coelho referiu que o este alerta da Comissão Europeia já foi feito em relação ao Orçamento do ano passado, tendo o Governo então desvalorizado, e já foi reiterado este ano quer pelo Conselho de Finanças Públicas quer pela Unidade Técnica de Apoio Orçamental.

“São alertas que mostram que, no essencial, Portugal não tem estado a aproveitar estes tempos, que são tempos mais fáceis, de maior crescimento, para fazer a consolidação estrutural da despesa pública, do défice público”.

O líder do PSD alertou que “as coisas vão correndo melhor porque o ciclo económico é mais favorável”.

“Mas, não estamos a amearhar para as fases menos positivas do ciclo e elas sempre acontecem”, alertou.

### Clarificação das contas sobre contagem de tempo na função pública

Pedro Passos Coelho alertou para a necessidade de se fazer “um cálculo muito sério do impacto” que terá





o descongelamento de carreiras e salientou que “a Administração Pública tem regras que se aplicam a todos”. Criticou, assim, o “jogo muito tático” de quem governa e prima por criar ilusões que, depois, não cumpre.

“O Governo ainda não fez essas contas, não é razoável que o parlamento esteja a decidir sobre uma matéria dessas sem que o Governo diga quanto é que isso custa”, apontou.

Para o líder do PSD, ninguém sabe muito bem “qual é a verdadeira intenção do Governo” no que diz respeito à contagem do tempo de serviço das carreiras que estiveram congeladas e acusou o primeiro-ministro, António Costa, de agir de forma contraditória, ao dizer agora que “não é possível dar tudo a todos”.

“Foi o primeiro-ministro que criou essa ilusão nas pessoas, que não foi possível dar mais porque o governo anterior não queria e agora aparece pateticamente a dizer que há limites e não se pode dar tudo e, sobretudo, gastar tudo em salários se queremos ter saúde e educação com mais resultados”, criticou, acusando o Executivo socialista de ter cortado mais nestas áreas do que o PSD e CDS-PP quando foram Governo durante a ‘troika’.

Passos Coelho retomou os argumentos que tinha expressado recentemente, de que foi o PS que decidiu congelar carreiras em 2010 e que determinou, então, que o tempo de serviço não contaria no futuro quando estas fossem descongeladas.

“Sabemos que o Governo nunca gosta de decidir sobre coisas que não sejam simpáticas, se puder sugerir que fui eu que congelou as carreiras, que não fui, o Governo dá-o a entender. Se puder dizer que vai dar mais qualquer coisinha, contando uma parte do tempo que nós não contaríamos, também dirá isso”, acusou.

No entanto, Passos Coelho salientou que existem regras na administração pública que impõem que uma alteração nesta matéria tenha de ser para todas as carreiras e não apenas para os professores, obrigando a um “tratamento equitativo”.

O líder do PSD estimou que, se no caso dos professores custaria cerca de 650 milhões de euros contar todo o tempo de serviço, a medida para toda a função pública custaria pelo menos o dobro, 1.300 milhões de euros.

“Convinha que o Governo dissesse exatamente



quanto é que custa em termos de salários, em pensões mais elevadas no futuro, de modo a que o parlamento pudesse fazer uma discussão mais informada e tomar uma decisão mais realista”, defendeu.

### Transferência do Infarmed: “anúncio em cima do joelho”

Questionado sobre a notícia divulgada pelo Governo da eventual mudança da sede do Infarmed para o Porto, em 01 de janeiro de 2019, o líder dos social-democratas considerou tratar-se de “mais um daqueles anúncios que se fazem em cima do joelho para causar um certo impacto e agora é preciso saber como será feita”.

“Aquilo que parece, julgo que é aquilo que é: o Governo trabalhou mal a candidatura do país para vir a ficar com a agência do medicamento que saiu do Reino Unido. Uma vez que Portugal, infelizmente perdeu essa candidatura, honrosamente mas perdeu, o governo quis ter um gesto de compensação”, disse.

Pedro Passos Coelho considera que o PSD também foi surpreendido pelo anúncio e, por princípio, nada tem contra a deslocalização no território de institutos públicos. No entanto, a intenção está “desgarrada de qualquer ação descentralizadora do governo ou do Estado”, sendo necessário acautelar como será feita em concreto a transferência dos trabalhadores do Infarmed.



## Conselho Nacional do PSD

# Desinvestimento nas políticas públicas

“Deixámos Portugal incomparavelmente melhor do que aquele que nos entregaram”. No conselho nacional do PSD, dia 23 de novembro, Pedro Passos Coelho fez um balanço da governação entre 2011-2015. Numa intervenção em que foi aplaudido de pé, o presidente social-democrata agradeceu o apoio do conselho nacional à orientação da liderança. Acusou o Governo de ter “perdido o rumo” e manifestou a convicção de que o PSD, já com nova liderança, terá tempo para demonstrar que é alternativa.

Passos Coelho acusou o Governo de se arriscar a chegar a 2019 com “uma legislatura perdida”. Num discurso centrado no Orçamento do Estado para 2018 e nas práticas políticas da atual maioria de esquerda, o líder social-democrata defendeu que, desde a tragédia dos incêndios de Pedrógão, o Governo perdeu o rumo e não voltou a encontrar o “fio condutor”.

Como exemplos da desorientação do executivo, Passos Coelho apontou o anúncio da transferência do Infarmed para o Porto, considerando que “mete dó” a forma como o executivo está a gerir este processo.

O líder do PSD criticou igualmente recentes afirmações do ministro do Ambiente, sobre um eventual aumento do preço da água, ironizando que “em abstrato a água poderia aumentar, mas em concreto não”, numa alusão à forma como o primeiro-ministro se referiu à hipótese de contagem do tempo de serviço no descongelamento de carreiras. De manhã o aumento do preço da água era uma possibilidade para o ministro, mas o governante acrescentaria, à tarde, que em 2018 não haveria esse aumento (embora o admitisse no futuro).

Sobre este ponto, Pedro Passos Coelho recordou o artigo que publicou esta semana na ‘newsletter’ do PSD e onde salientava que foi um Governo do PS, em



2010, que congelou as carreiras e que previu que o tempo de serviço não contasse no futuro.

Passos Coelho voltou a acusar o Executivo, apoiado à esquerda, de cortar mais nas políticas públicas do que o anterior governo PSD/CDS-PP durante os tempos da ‘troika’, nomeadamente investindo em 2016 menos 29% na saúde, 60% no ensino básico e secundário e

48% no ensino superior e ciência.

Os conselheiros nacionais aprovaram, por unanimidade, o orçamento do PSD para o próximo ano. O PSD escolhe o próximo presidente da Comissão Política Nacional em eleições diretas em 13 de janeiro, com Congresso marcado para 16, 17 e 18 de fevereiro.



## Maioria pratica “política de terra queimada”

“Em Portugal vivemos um estado na política em que o Governo que está instituído com o apoio maioritário do parlamento simplesmente cortou todos os laços de diálogo com a oposição”, acusou Pedro Passos Coelho, questionado sobre declarações do primeiro-ministro que disse acreditar que o diálogo vai melhorar com a futura liderança do PSD.

O presidente do PSD acusa a atual maioria de praticar uma “política de terra queimada” ao rejeitar todas as iniciativas de PSD e CDS-PP. “Isto tem vindo a criar ao longo destes anos um radicalismo que dificilmente desaparecerá, qualquer que seja o líder do PSD que venha a ser escolhido, porque resulta não da indisponibilidade do PSD para construir o futuro, mas de o Governo ter elegido PSD e CDS como uma espécie de forças de mal de quem não se pode aprovar coisa nenhuma”, lamentou.

“O PSD tem feito o seu papel, apresentando propostas porque, se assim não for, serão os portugueses a pagar o preço no futuro”, afirmou o líder social-democrata.

“Hoje vemos um Governo colecionando benefícios de um esforço que foi feito no passado e da conjuntura e uma retórica mais preocupada em justificar o seu próprio comportamento no passado e continuar a atacar um governo que já não existe há mais de dois anos”, criticou.

Sobre a violência doméstica, o presidente do PSD defende um agravamento da moldura penal para homicídios cometidos durante o namoro. Passos Coelho sublinha a necessidade de se tratar de forma adequada este tipo de crimes.

O presidente do PSD efetuou, dia 24 de novembro, uma visita à sede da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), no âmbito do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres.





## PSD propõe plano para travar erosão dos solos

Só um plano de intervenção consistente e eficaz pode travar a erosão dos solos afetados pelos incêndios florestais durante este ano. Os deputados do PSD apresentaram um projeto de resolução que recomenda ao Governo que tome medidas para minorar os efeitos dos territórios ardidos, onde os solos perderam capacidade para reter água e minerais e, como tal, são propícios à ocorrência de enxurradas e deslizamentos de terra.

Em concreto, os deputados social-democratas apelam ao Governo que “implemente um plano de intervenção nos territórios afetados pelos incêndios florestais cujo declive seja superior a 30%, no sentido de minorar a erosão dos solos”.

O PSD considera que é um dever do Estado planear e gerir as áreas ardidas e devem ser tomadas diligências para o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) intervir de imediato.

Os incêndios rurais representam a maior área ardida desde que há registos em Portugal – cerca de 442 mil hectares contabilizados entre povoamentos e matos. O declive topográfico do terreno, a matéria morta constituída por cinzas e manto queimado e o eventual corte ou arranque das árvores ardidas agravam em conjunto o risco para a estrutura dos solos.

**Acompanhe-nos  
no dia-a-dia...**



**Conferências de Imprensa,  
Transmissões em direto,  
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,  
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade  
do PSD**



**Noticiário semanal todas  
as sextas-feiras**



# Governo proíbe rastreio do cancro da mama a mulheres com 45 anos

O Governo tem de explicar por que decidiu excluir dos rastreios do cancro da mama as mulheres com idades compreendidas entre os 45 e os 49 anos. O acesso a esse programa é restringido apenas às mulheres com idade igual ou superior a 50 anos e exclui mulheres com 70 ou mais anos.

Para o deputado social-democrata Luís Vales, esta medida do Governo “reflete bem o estado de degradação que se vive no Serviço Nacional de Saúde (SNS)”. “Essa medida foi por motivos económicos, como já o reconheceu o Presidente da Liga Portuguesa Contra o Cancro”, acrescenta Luís Vales.

O cancro da mama constitui um grave problema de saúde pública em Portugal, com uma média de seis mil novos casos por ano e quatro mortes por dia. O diagnóstico precoce, realizado principalmente através de exames clínicos e de mamografias, é fundamental para a redução da mortalidade provocada por cancro da mama.

Para o PSD, o Programa de Rastreio de Cancro da Mama (PRCM), presentemente desenvolvido numa significativa parcela do território nacional e que constitui um bom exemplo da colaboração entre os serviços públicos de Cuidados de Saúde Primários e a Liga Portuguesa Contra o Cancro, possibilita a realização de milhões de mamografias de rastreio e o encaminhamento, para diagnóstico e tratamento, de dezenas de milhares de mulheres.

Sendo a população-alvo do PRCM atualmente constituída por mulheres com idades compreendidas entre os 45 e os 69 anos de idade, os social-democratas questionam, por isso, a recente decisão do Governo de restringir este importante programa “à população do sexo feminino, com idade igual ou superior a 50 anos e igual ou inferior a 69 anos”.

Significa isto que não só o Governo resolveu passar a excluir dos rastreios do cancro da mama, as mulheres com idades compreendidas entre os 45 e os 49 anos, como não alargou os mesmos a mulheres com idade igual ou superior a 70 anos, medida que se justificaria, tendo em conta o aumento da esperança média de vida verificado no País.

“O PSD considera que esta decisão do Governo é grave e errada, na medida em que o sucesso da luta contra as doenças oncológicas, designadamente em termos de menor agressividade dos tratamentos e de maior eficácia da terapêutica, depende muito de um diagnóstico atempado, condição determinante para a redução da mortalidade provocada por essas doenças”, realça Luís Vales.



## Sacrificar o SNS não diminui cesarianas

O Governo quer reduzir o número de cesarianas e, para isso, está disposto a sacrificar o Serviço Nacional de Saúde (SNS), cortando no financiamento dos hospitais. O PSD entende que a “imposição de uma meta ‘cega’” não pode prejudicar o financiamento dos hospitais públicos.

Os deputados Ângela Guerra, Luís Vales e Miguel Santos manifestam preocupação com o documento – “Termos de referência para contratualização de cuidados de saúde no Serviço Nacional de Saúde (SNS) para 2018” – “no qual se prevê que os hospitais do SNS que tenham taxas de cesariana superiores a 29,5% ou 31,5%, consoante o grau de diferenciação, não vão receber do Estado o pagamento pelos respetivos episódios de internamento”.

Os parlamentares pedem explicações ao ministro da Saúde sobre os fundamentos técnicos que estão na base da decisão do Governo.

O PSD alerta que “em muitos casos, o recurso a cesariana pode evitar a morte ou a deterioração do estado do feto e do recém-nascido”. E, sobretudo, sustentam os deputados social-democratas, “a restrição do financiamento hospitalar não deve ser o principal meio para a redução da taxa de cesarianas no SNS, tanto mais que essa taxa é largamente superior no setor privado e no público a mesma é, aliás, pouco superior à média europeia”.

O Governo deve assim dar prioridade “à promoção de informação sobre os riscos inerentes à realização de cesarianas e à indução do trabalho de parto, bem como sobre os benefícios do parto vaginal”. Essa informação deve dirigir-se a dois grupos-alvos: as mulheres em idade fértil e mulheres grávidas, e os profissionais de saúde.

A taxa de cesarianas é um dos principais indicadores de qualidade dos cuidados obstétricos. Portugal continua a ser um dos países europeus com maior taxa de cesarianas. De acordo com dados de 2015, a taxa de cesarianas no SNS ascendeu a 28% e no setor privado da saúde atinge os 60%, uma percentagem que, segundo os especialistas, não tem justificação biológica ou médica.



# “Executivo não governa, é governado”



Em sede de especialidade, o PSD apresentou setenta e cinco propostas de alteração ao Orçamento do Estado, com o objetivo de melhorar a vida das famílias portuguesas. Mas são também propostas dirigidas às empresas, à fiscalidade e às exportações, e que, de acordo com António Leitão Amaro, partem da seguinte premissa: “para distribuir riqueza, é preciso que ela seja criada de forma sustentada”.

O deputado social-democrata reitera que o Orçamento para o próximo ano não tem uma visão de longo prazo. “Este Executivo não governa, é governado. É governado pelas circunstâncias. É governado pelas pressões de interesses particulares. O que se espera de um Governo é que governe pelo interesse geral e interesse público. É governado ao ficar bloqueado nessa maioria cujo único programa é retroceder”, disse.

António Leitão Amaro assinala que as propostas que o PSD tem dado a conhecer – na coesão social e territorial, para os pensionistas, trabalhadores independentes, jovens e famílias com filhos e que querem ter mais filhos, no combate à seca, no apoio às regiões autónomas – “são sinais de um caminho diferente para um País muito melhor”.

O vice-presidente do grupo parlamentar lamenta que o Orçamento do Estado confirme o mote socialista de “chapa ganha, chapa gasta”.

## Duarte Pacheco: as cativações do ministro das Finanças

Duarte Pacheco critica a política de cativações do ministro das Finanças. O deputado estima que o Governo se prepara para fazer 1800 milhões em cativações em 2018 (cerca de 3% da despesa efetiva). Por essa razão, é preciso fazer duas coisas: por um lado, estabelecer um teto global às cativações; por outro, dar transparência a todo este processo.

“O Governo dizia que a austeridade tinha acabado, mas, na realidade, fez cativações recorde, o dobro em 2016 daquelas que tinham ocorrido em 2015. Um verdadeiro plano B para alcançar as metas com que se tinha comprometido”, afirmou.

## Carlos Silva: Governo não é para levar a sério

Carlos Silva aludiu à principal preocupação do Orçamento: o aumento em 23% das despesas com os gabinetes ministeriais. “Este Governo é para levar a sério, depois de apresentar uma proposta destas [aumentar as verbas dos gabinetes]? Para os partidos que diziam que a austeridade matava, estão agora a contribuir para a nova engorda do Estado?”, questionou.

O deputado do PSD propõe que o aumento das dotações para os gabinetes ministeriais seja afetado a sectores esquecidos pela governação: a saúde pública, os transportes, as PME e a proteção civil.

Aquilo que o Governo sabe fazer, atenta Carlos Silva, é minar a autoridade do Estado (na carga fiscal, na degradação dos serviços públicos e na reação tardia aos incêndios florestais).



## PSD chocado com rejeição da esquerda a isenção de IMI para imóveis ardidos

O PSD está “chocado” com o “chumbo” dos partidos da esquerda à sua proposta de isentar de IMI os imóveis ardidos nos incêndios deste ano e defendeu que a rejeição revelou, mais uma vez, a “insensibilidade” do primeiro-ministro. “É chocante a decisão das esquerdas de terem chumbado a isenção de IMI para quem perdeu a casa ou a empresa”, comentou o deputado social-democrata António Leitão Amaro, lembrando tratar-se de uma proposta do PSD de alteração do Orçamento do Estado para o próximo ano.

“O Estado falhou, mas ainda quer que os contribuintes paguem impostos por património que já não existe ou que já não tem o mesmo valor. Isto é inaceitável!”, afirmou o deputado, defendendo ser de “elementar justiça” que esses contribuintes lesados pelos incêndios tenham isenção do IMI.

Segundo o deputado, o PSD vai voltar a propor aos deputados a discussão desta proposta de isenção do IMI na segunda-feira, requerendo a avocação desta proposta e sujeitando-a novamente a votação.

O chumbo do diploma do PSD mostra ainda, segundo Leitão Amaro, a falta de sensibilidade do primeiro-ministro António Costa: “Perante esta decisão chocante e absolutamente injusta, eu acho que o país percebe, novamente, a insensibilidade e ausência do primeiro-ministro”, concluiu.

### Ponto de situação sobre o processo de reconstrução

Os incêndios de junho provocaram a destruição total ou parcial de casas de primeira habitação, de segunda habitação, instalações empresariais, armazéns e anexos de particulares, na região de Leiria. Os números que se conhecem são, muitas vezes, discrepantes, o que impossibilita a avaliação rigorosa sobre o que é preciso reconstruir.

Assim, o PSD exige ao Governo informação precisa

sobre as habitações e outras edificações atingidas pelo fogo. Neste sentido, o grupo parlamentar dirigiu ao Governo um conjunto de 11 perguntas, cujo objetivo é averiguar quantas casas de primeira habitação ficaram numa situação de completa destruição, exigindo uma reconstrução total, e quantos sofreram danos parciais; e o mesmo no caso das casas de segunda habitação e nas instalações empresariais.

Na semana passada, os deputados visitaram a região afetada pelos incêndios de junho e reuniram com a associação de vítimas do grande incêndio de Pedrógão Grande. Nesta visita, ficou evidente que o processo de reconstrução não avança a um ritmo aceitável.

“O processo de reconstrução está extremamente atrasado, a maior parte das casas que tiveram alguma intervenção foi uma intervenção superficial”, afirmou a deputada Teresa Morais, que acrescentou que a maioria das reparações concretizadas teve custos inferiores a 5.000 euros. Segundo Teresa Morais, “na esmagadora maioria dos casos as reconstruções totais, pura e simplesmente, não aconteceram”.

No conjunto das perguntas enviadas ao ministro do Ambiente, à secretária de Estado da Habitação e ao ministro do Planeamento e das Infraestruturas, o PSD questiona ainda sobre os factos e os números da reconstrução: quantas casas de primeira habitação já se encontram reconstruídas, que entidades são responsáveis pelo processo de reconstrução total ou parcial, em cada um dos municípios afetados, e quantas reconstruções estão integradas no Fundo Revita.

O Grupo Parlamentar do PSD enviou as mesmas perguntas aos presidentes das câmaras de Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra e Figueiró dos Vinhos, os três municípios mais afetados pelos incêndios de junho.

“Queremos saber de que ponto é que partimos: quantas casas foram afetadas em cada concelho, total e parcialmente; quantas casas já foram reparadas total e parcialmente; quantas casas foram entregues a cada

entidade e quantas são as entidades que estão a reconstruir”, explica a deputada Teresa Morais.

A preocupação do PSD estende-se às instalações empresariais, dado que no terreno foi possível verificar que muitas empresas ainda não receberam qualquer apoio.

“Queremos saber quantas instalações empresariais sofreram destruição total ou danos parciais. Há muitas empresas que ainda não tiveram apoios e cujos postos de trabalho estão em perigo”, destacou Teresa Morais.

No mesmo conjunto de perguntas, os deputados questionam o Governo sobre quantos anexos, armazéns e instalações destinadas ao abrigo de animais sofreram danos parciais ou totais, já que os animais são o modo de subsistência de muitos habitantes desta região.

### PS dá perdão fiscal à banca

“Aquilo que queremos saber é porque é que uma proposta que diziam ainda ontem ser imprescindível, fundamental, foi retirada”, perguntou esta sexta-feira Carlos Abreu Amorim, a propósito de uma proposta do Partido Socialista que previa um perdão à banca em matéria de imparidades.

O deputado do PSD acusou o PS de retirar a proposta que previa a limitação da utilização das perdas por imparidades da banca, no âmbito regime de ativos por impostos diferidos, por um período de 20 anos.

Pedi explicações sobre uma proposta de classificou de “obscura”, na medida em que cria “uma desigualdade entre os bancos e empresas”, concedendo uma benesse fiscal aos bancos, quando o Governo e o PS tinham defendido que se tratava de “disciplinar” a utilização deste regime.

Trata-se de uma medida pouco transparente, sem avaliação no seu impacto, que distorce a concorrência e irá onerar os contribuintes, mas favorece o sistema financeiro em particular, alerta o PSD.

# Mais medidas para prevenir a corrupção



Duarte Freitas anunciou um conjunto de medidas para promover a transparência e prevenir a corrupção, que o PSD/Açores pretende incluir no Orçamento para 2018 com o objetivo de “promover a qualidade da democracia”.

“A transparência é indispensável para fortalecer os sistemas democráticos. E o combate aos riscos de corrupção na administração pública é imprescindível para promover a qualidade da Democracia. Vamos apresentar propostas para reforçar a transparência da atividade governativa e implementar medidas eficazes de prevenção dos riscos de corrupção na administração pública”, afirmou Duarte Freitas, na apresentação das conclusões das jornadas parlamentares do PSD/Açores.

O líder dos social-democratas açorianos salientou que o partido pretende “dar seguimento às recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção”, de modo que todos os departamentos do Governo Regional, serviços da administração pública, institutos públicos e empresas públicas regionais procedam à elaboração ou atualização dos seus planos de gestão de riscos de corrupção.

Duarte Freitas referiu que o reforço da transparência da atividade governativa e da administração pública “é outra questão chave para o PSD/Açores” no debate do Orçamento para 2018, alegando que a Região “precisa de uma cultura política que faça da transparência da governação um dever”.

Nesse sentido, o PSD/Açores vai apresentar uma proposta de criação de “regras claras para impedir que o governo regional continue a violar o limite máximo legal para a concessão de garantias a empréstimos”.

O presidente do PSD/Açores frisa que o “artifício das ‘cartas conforto’ já foi condenado pelo Tribunal de Contas”, defendendo ser necessário “acabar com esta prática e assegurar que todas as operações de endividamento das entidades públicas sejam transparentes e do conhecimento dos açorianos”.

Duarte Freitas defende também “mais transparência na produção de informação estatística rigorosa e

independente”, dado que a informação estatística “é fundamental no exercício da cidadania e para a atividade das empresas”.

No pacote de medidas para garantir maior transparência, o PSD/Açores vai ainda propor a constituição de comissões especiais para acompanhar eventuais processos de privatização de empresas de capitais públicos.

## Redução nos preços das passagens inter-ilhas

“O PSD/Açores vai propor uma descida significativa dos preços das passagens aéreas inter-ilhas”, anunciou Duarte Freitas, presidente do PSD/Açores, antes do arranque das jornadas parlamentares, em Ponta Delgada, para analisar as propostas de Plano e Orçamento regionais de 2018, dia 21.

“Pretendemos que seja fixado um preço máximo de 90 euros nos voos de ida e volta da SATA Air Açores”, explicou.

“Pela primeira vez, o Orçamento do Estado prevê uma verba, para a mobilidade interna dos Açores, de 5,6 milhões de euros”, disse o líder do PSD/Açores, salientando estarem reunidas “todas as condições” para a referida redução. “Entendemos que essa verba deve ser usada pela SATA, mas para beneficiar os açorianos”, referiu. “Como diz o Governo [Regional], e bem, a SATA é para servir os Açores, neste caso servindo os Açores é com tarifas mais baixas”, acrescentou.

Duarte Freitas classifica de “incompreensível” que seja “mais caro deslocar-se dentro da Região do que viajar para o continente”. Neste sentido, a redução dos preços é uma “questão de justiça”. “Já se justifica, e é mais do que justo, proceder a uma descida do tarifário da SATA na mesma proporção em que foram reduzidos os preços das ligações com o exterior”, declarou.

“A redução dos preços nos voos inter-ilhas constitui um instrumento essencial para alcançar três grandes objetivos: a melhoria das condições de acessibilidade entre todas as ilhas; a criação de um verdadeiro mercado interno; estender a todas as ilhas os efeitos do crescimento da procura turística”, justificou.



# POVO LIVRE

Directora: Maria Eduarda Azevedo

Internet: www.psd.pt - E-Mail: psd@mail.telepac.pt

## Timor

### Durão Barroso desdobra-se em contactos



- Encontro em Belém com Jorge Sampaio

- Encontro em Bruxelas com Romano Prodi e Javier Solana



página 24



Em Brasília

## Durão Barroso encontra-se com Fernando Henrique Cardoso

página 24

No Centro Cultural de Belém

## Presidente do PSD apresenta Programa Eleitoral de Governo

páginas 11 a 20

**CONVOCATÓRIAS DO PSD**

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**ÁREA OESTE – LISBOA / DISTRITAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da Área Oeste - Lisboa, para reunir no próximo dia 06 de Dezembro de 2017 (quarta-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Rua Gago Coutinho, 36, com a seguinte

Ordem de Trabalho

- 1 – Orçamento de 2018.
- 2 - Análise da situação política

**GUARDA / DISTRITAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da Guarda, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 04 de Dezembro de 2017 (segunda-feira), pelas 19h30, na Quinta de St. António - Guarda, com a seguinte

Ordem de Trabalho

- 1 – Análise da situação político-partidária
- 2 – Eleições nacionais do PSD

**MONTIJO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Montijo, para reunir no próximo dia 16 de Dezembro de 2017 (sábado), pelas 16h00, com a seguinte

Ordem de Trabalho

- 1 – Informações
- 2 - Análise dos resultados autárquicos e da situação política
- 3 – Outros assuntos de interesse do partido e do concelho

**TROFA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Trofa, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 13 de Dezembro de 2017 (quarta-feira), pelas 21h15, na sede, sita na Rua Camilo Castelo Branco, nº 222, com a seguinte

Ordem de Trabalho

- 1 – Informações
- 2 – Apreciação aos resultados das últimas eleições Autárquicas
- 3 - Análise da situação política

**VENDAS NOVAS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vendas Novas, para reunir no próximo dia 11 de Dezembro de 2017 (segunda-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua da Azinheira, nº 8, com a seguinte

Ordem de Trabalho

- 1 – Informações
- 2 - Análise da situação política

**ÁGUEDA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Águeda, para reunir no dia 27 de Dezembro de 2017, na Sede Concelhia, sita na Rua Joaquim Francisco Oliveira, às 19h00m, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Análise da situação política.

**CHAVES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de militantes da Concelhia da JSD de Chaves, para reunir, no próximo dia 13 de Janeiro de 2018, (sábado) pelas 14h30, na sede do PSD/JSD Chaves, sita na Av. Tenente Valadim, 47 - E, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política Concelhia da JSD de Chaves.

Notas:

O acto eleitoral decorrerá entre as 14h30 e as 17h30. As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Chaves ou a quem estatutariamente o possa substituir, na morada supra citada até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

**OVAR**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário da Secção da JSD do Concelho de Ovar, no próximo dia 30 de Dezembro de 2017 (sábado), às 15 horas, na Sede Concelhia, sita na Rua Ferreira de Castro, 84, 1º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição para a Comissão Política da Concelhia de Ovar;
- 2 – Eleição para a Mesa de Plenário da Concelhia de Ovar;

Nota:

As listas deverão ser entregues até às 23h59m do terceiro dia anterior ao início da ordem de trabalhos, na Sede de Concelhia. As urnas estarão abertas até às 17h00m.

**PORTO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoca-se o Plenário da Concelhia da JSD Porto para reunir no próximo dia 14 de Dezembro de 2017, pelas 21 horas, na Sede do PSD e da JSD Paranhos, sita na Rua do Campo Lindo, nº 63, Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Outras informações.

**VIMIOSO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Vimioso, para reunir no próximo dia 9 de Dezembro de 2017, pelas 21:00 horas, na Sede Concelhia da JSD/PSD- Largo da Misericórdia, nº17,- com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Outros assuntos.

**NÚCLEO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo do Centro Histórico do Porto para Plenário a

realizar no próximo dia 7 de Dezembro de 2017 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede do PSD e da JSD do Centro Histórico do Porto, sita na Praça da Batalha, nº 90, sala 10, 2º andar, 4000-102, concelho do Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política actual;
- 2 – Outros assuntos de interesse.